1 INTRODUÇÃO

1.1

Apresentação

Comparece [...] na teoria [...] e também na prática uma certa tensão auto-renovável entre a busca de limites definidos para o trabalho do tradutor e a ameaça sempre tangível da impossibilidade de traçá-los.

Helena Martins (2005, p.56)

O que me levou a escolher o objeto desta dissertação foi o interesse em discutir a relação entre ética e algumas estratégias adotadas por tradutores que percebem a tradução como um espaço para suas lutas político-ideológicas, e que a usam como tal.

Quando iniciei minhas leituras dos textos sobre ética – desde manuais de filosofia, como *Convite à filosofia* (Chauí, 2004) e *Iniciação à história da filosofia* (Marcondes, 1997), até textos clássicos, como a *Ética a Nicômaco* (Aristóteles) – descobri que não seria possível discuti-la como campo de estudo da filosofia, pois seriam necessários uma abrangência e um aprofundamento teórico que vão além das limitações de tempo e de espaço deste trabalho.

Decidi trabalhar com a acepção mais comum de ética, ou seja, aquela que aparece em primeiro lugar nos verbetes dos dicionários gerais não-especializados. O *Dicionário Caldas Aulete*, por exemplo, traz como primeira definição de “ética”: “conjunto de princípios e normas para o bom comportamento moral”. Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*, ética é “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

Mesmo nas definições mais conhecidas como as citadas acima, encontramos termos que implicam problematizações. Por exemplo, como podemos definir o que é “o bom comportamento moral”? Há consenso quanto ao que é “o bem e o mal”? Desde já podemos perceber que estudar ética envolve estudar vários outros

conceitos filosóficos, tais como moral, bem, mal, violência, virtudes etc. Assim, apesar de não mergulhar na filosofia para o estudo em questão, numa seção mais adiante, discutirei alguns aspectos relevantes para o estudo da ética no que diz respeito a sua articulação com os estudos da tradução. Vale ressaltar que os teóricos da tradução que utilizo como referência para este estudo, Antoine Berman e Lawrence Venuti, também não definem a ética *per se* para depois articulá-la à tradução. Já introduzem o termo “ética” adjetivado, sem problematizá-lo à luz da filosofia.

Preocupei-me em articular tradução e ética por notar que diferentes formas de textos derivados de obras estrangeiras são confundidas com o conceito de tradução que defendo neste trabalho. Se observarmos a história da tradução no Brasil, por exemplo, veremos que nem sempre o que é comercializado ou veiculado como tradução é uma tradução no sentido em que proponho aqui. São muitas vezes textos redigidos a partir de textos originais escritos em outra língua, mas suas escritas seguem padrões os mais variados de proximidade ou de relação com os textos dos quais derivam.

Considerando o público leitor de traduções, preocupei-me com os critérios que levam um tradutor, editor, ou quem quer que seja responsável pelo texto derivado de um texto estrangeiro, a estabelecer se esse texto é uma tradução, uma adaptação, uma imitação, uma paródia, ou ainda outra modalidade de reescrita. Nós, estudiosos e profissionais da tradução, por sermos bilíngües e dominarmos o saber tradutório, temos condições de cotejar texto original e tradução para verificar a aproximação ou o distanciamento entre um texto original e a sua tradução. Porém, entendo que a maior parte das traduções é feita para um público que não tem acesso à língua original e, por isso, necessita da tradução e só tem acesso a ela. Como sugere o teórico da linguagem Gideon Toury, “quando um texto é oferecido [aos leitores] como uma tradução, ele é prontamente aceito de boa fé como tradução, sem mais perguntas”¹ (s.p., s.d.).

Se há, por um lado, os critérios editoriais ou literários a que me referi acima, há, por outro, a expectativa e o desejo do leitor. O que espera o leitor comum que faz uso de traduções? Até que ponto é possível atender satisfatoriamente essa expectativa? Sabemos que o imaginário do leitor comum,

¹ Essa citação foi traduzida por mim, bem como todos os outros trechos citados extraídos de obras não publicadas em português.

que não está a par das reflexões teóricas sobre a tradução e a linguagem, envolve uma visão de tradução muito diferente daquela concebida pelos estudiosos da tradução, ainda que não haja unanimidade entre eles. Em termos bem gerais, o que o leigo imagina é que cada palavra tem o seu equivalente perfeito no outro idioma e que, como o tradutor é proficiente nos dois idiomas em questão, não há dificuldade em operar essas “substituições”. Ou seja, tem-se “a idéia de que o texto traduzido é, e tem tudo para ser, uma representação especular do texto original” (Frota, 2004a, p.3).

Entre os teóricos, entretanto, já é ponto pacífico que a tradução envolve aspectos não só distintos como muito mais complexos do que os percebidos pelo senso comum; que equivalentes perfeitos não existem – ou raramente existem –, que toda tradução envolve interpretação, freqüente produção de novos significados, escolha constante do tradutor, o qual não é um mediador transparente e neutro etc. Creio que não se faz necessário reproduzir aqui toda a trajetória percorrida nos estudos da tradução até estes tempos pós-modernos, que nos permitem ver muito além das crenças que embasam o senso comum. Mas considero importante pensarmos em que medida se dá essa disparidade entre a expectativa do leitor e a tradução como uma reescrita o mais representativa possível do original, sabendo-se que o grau dessa *possibilidade* relaciona-se diretamente ao grau de *necessidade* das transformações lingüísticas implicadas. Cabe também considerar que, a meu ver, na expectativa do leitor, existe uma tensão constante entre fidelidade e fluência, embora ele próprio não se dê conta dessa tensão e não considere esses dois valores como excludentes.

As questões que aqui serão discutidas envolvem a reflexão sobre a intervenção do tradutor, embora este estudo não tenha a intenção de fazer uma investigação sobre todos os elementos que podem fazer parte das funções e papéis desempenhados pelo tradutor. De qualquer forma, é importante reafirmar que percebo a intervenção do tradutor como inegável e necessária, porém, vejo que teorias contemporâneas predominantes em nossa área, em geral aquelas vinculadas ao ideário pós-moderno, têm dado margem a uma intervenção do tradutor que considero excessiva e, conseqüentemente, a uma sobreposição de diferentes práticas de escrita e reescrita, ou o que Frota chama de um “esgarçamento dos limites conceituais da tradução” (2004a, p. 2).

Esse “relaxamento demasiado dos critérios de identificação do fazer tradutório” (Ibid., p. 1) aparece em práticas que pretendo investigar nesta dissertação. Refiro-me a práticas “tradutórias” identificadas com agendas políticas próprias, a saber: a tradução feminista, a pós-colonialista e o projeto de tradução minorizante de Lawrence Venuti. Decidi estudar e descrever essas práticas e suas estratégias, porque as compreendo como formas de reescrita diferentes daquelas realizadas pelo “tradutor comum” – designação que adoto aqui para me referir à massa de tradutores profissionais que não têm, em sua maioria, contato com a teorização de sua prática e que, nesse sentido, apesar dos desafios e obstáculos que enfrentam no dia-a-dia, compartilham com o público leitor as crenças que implicam a fidelidade tradutória idealizada.

Aproveitando o esclarecimento terminológico sobre o “tradutor comum”, farei ainda outro referente à expressão “mercado editorial” que aparecerá mais adiante. Quando digo “mercado editorial”, refiro-me aos editores, que costumam priorizar a fluência nas traduções para atender ao gosto e à expectativa dos consumidores, os leitores, e incluo também as instituições responsáveis por encomendar traduções, bem como as religiosas, acadêmicas, empresariais etc. A meu ver, essa esfera tem uma percepção da tradução semelhante à dos leitores e tradutores comuns. Todas elas compartilham do que denomino como “senso comum”, sendo a tensão fidelidade/fluência a principal questão nessa acepção de tradução. Contudo, existe uma diferença entre a posição dos leitores e a dos editores, porque estes têm papel ativo no processo tradutório e são grandes responsáveis, talvez até os principais, pela confusão que impera. Eu diria que eles, em grande parte, compartilham com os leitores no que tange à desinformação acerca da linguagem, porém, têm sempre um interesse mercadológico, querem vender e, por isso, não raro determinam ou exigem uma superfluência, ou seja, pesadas intervenções para atingir este fim.

Retomando meu interesse em refletir sobre abordagens tradutórias subversivas, quis verificar a hipótese de essas formas de reescrita motivadas por um projeto político-ideológico estarem mais preocupadas em levar adiante sua agenda política do que atender as expectativas dos leitores comuns. E diante dessa hipótese, investigar se as estratégias por eles adotadas são ou não exageradamente transformadoras e manipuladoras do texto original. Novamente, reafirmo o meu entendimento de que qualquer tradução é transformadora do texto original.

Contudo, quando digo “exageradamente transformadoras e manipuladoras”, refiro-me a operações de reescrita que vão além das dificuldades intrínsecas à atividade tradutória, marcas culturais específicas de difícil tradução para a língua-meta e elementos “intraduzíveis” – se é que posso chamá-los assim. Refiro-me a uma manipulação intencional e declarada com fins político-ideológicos. Afinal, há uma diferença “entre as transformações inevitáveis e, portanto, inerentes a toda tradução e manipulações deliberadas que extrapolam as fronteiras do que normalmente se concebe como tradução” (Ibid., p. 5). Ou seja, pode-se dizer que a necessidade de intervenção tradutória, que procura dar conta de diferenças lingüístico-culturais passa a ser uma necessidade de dar conta de determinada plataforma político-ideológica, no sentido mais restrito do termo.

Propus-me a investigar as implicações éticas das práticas de tradução citadas acima, por supor que se afastam muito da idéia comum de tradução. Não apenas daquela da maioria dos leitores que almejam traduções absolutamente fiéis e ao mesmo tempo fluentes, como também aquele de estudiosos, entre os quais me incluo. Ou seja, a idéia de tradução como *uma representação o mais próxima possível de um texto estrangeiro na língua doméstica*. Apesar de certas práticas que se afastam muito dessa imagem de tradução serem identificadas como tradução, respaldadas por determinados entendimentos do pós-estruturalismo, a meu ver,

o que conta como tradução é algo que permanece ainda determinado na linguagem do “homem comum”, seja lá o que isso for. Isso equivale a reconhecer a tradução mais uma vez como uma práxis, como uma instituição cultural com um passado que a coloca em certa posição entre os assuntos humanos”. (Martins, 2005, 65)

Assim, articular tradução e ética requer a definição de um campo conceitual e prático próprio para essa atividade. Creio que para se definirem parâmetros éticos para uma atividade é preciso entender o que ela compreende.

Como se pode notar pelas citações, compartilho a inquietação de Frota e Martins quanto à “flexibilização aparentemente excessiva do conceito de tradução” (2004a, p.1).

A disciplina que cursei durante o mestrado na área de Estudos da Linguagem, “Cultura e sujeito na constituição dos sentidos: a tradução como campo de estudo”, por ela ministrada, foi decisiva para despertar em mim tais

preocupações. Mais especificamente seus textos “Traduzir é mesmo manipular?” e “Tradução e ética” (2004a e 2004b) aproximaram-me dessa problemática e me motivaram a investigar as práticas que analiso nesta dissertação.

O livro recém lançado de Lauro Amorim (2006) bem como seu artigo publicado no ano anterior apresentam exemplos de como o mercado editorial tem utilizado critérios um tanto nebulosos para definir o que é uma tradução ou uma adaptação. Ao analisar traduções e adaptações para o português do clássico de Lewis Carrol, *Alice’s adventures in wonderland* (*Alice no país das maravilhas*), ele faz questionamentos do tipo: “o termo ‘adaptação’, visível na capa de uma obra, poderia ser considerado um meio mais ‘ético’ de se veicularem certas interpretações ou transformações textuais?” (Amorim, 2005, p.20). Com esse tipo de pergunta retornamos à discussão sobre a boa fé do leitor, que, desinformado sobre as estratégias utilizadas no processo de reescrita, acredita estar diante de uma tradução, se assim estiver indicado na capa do livro, mesmo que consista em um outro tipo de reescrita, como a adaptação, por exemplo. Quando Amorim se questiona sobre “um meio mais ético” de veiculação de diferentes formas de reescrita, imagino que também esteja com o leitor em mente.

Julgo importante ressaltar que escrevo esta dissertação buscando compreender a influência do pensamento pós-moderno sobre os estudos da tradução. Não é meu objetivo neste trabalho defender um conceito fechado que me permita daqui em diante rotular prescritivamente os textos como “isso é tradução”, “isso não é tradução”. Mas gostaria, por meio deste estudo, de refletir sobre esses mesmos ideários e leituras deles feitas por estudiosos da tradução, para tentar entender até que ponto suas propostas de fato implicam uma ausência de limites para os conceitos e para as práticas que têm habitado nosso campo de estudo e de trabalho. Por fim, considero relevante entender os fatores que determinam as diferentes práticas e estratégias de reescrita e a razão de serem todas elas designadas pelo termo “tradução”.

Gostaria ainda de fazer um breve esclarecimento terminológico quanto ao uso que faço dos termos “práticas tradutórias”, “estratégias tradutórias” e ainda outros que se derivam do termo “tradução”. Por exemplo, refiro-me à prática de reescrita das feministas e dos pós-colonialistas como “tradutórias”, embora muitas vezes tais práticas ultrapassem os limites conceituais do que eu considero “tradução”. Eu poderia evitar o uso do termo “tradutórias” para identificar tais

práticas, mas não o fiz, por duas razões: a) tais práticas de reescrita são conhecidas como “traduções”, e b) o fato de serem conhecidas como “traduções” é o que me motiva a investigá-las.

1.2.

Procedimentos Metodológicos

Antes de iniciar a redação deste trabalho acadêmico foi feito um levantamento bibliográfico de textos, livros e artigos que articulam ética e tradução. Após definir os objetos de análise, quais sejam, as traduções feministas, as traduções pós-colonialistas e o projeto de tradução minorizante de Venuti, foram selecionados vários artigos relativos à matéria, a maioria presente em coletâneas organizadas por estudiosos da tradução.

O próximo capítulo desta dissertação procura apresentar, ainda que de maneira simplificada conforme já aludido, o conceito de ética na filosofia grega e também identificar nas teorias tradutórias de Berman e Venuti suas propostas de uma tradução ética. Para a elaboração da primeira seção, que traz as principais premissas da ética grega, mais especificamente em Sócrates, Platão, Aristóteles e nos sofistas, consultei manuais de filosofia como os de Nicola Abbagnano (1999), Marilena Chaui (2004), Michele Federico Sciacca (1967) e Danilo Marcondes (2002). Procurei informações relativas à ética grega nesses manuais já que minha proposta neste trabalho, repito, é a de apresentar apenas uma visão geral do conceito de ética para esses filósofos e não uma perspectiva mais aprofundada. Cheguei, no entanto, a consultar o clássico *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, bem como explicações na internet, em *sites* como *Wikipedia* e outros mais específicos, que traziam artigos de filósofos e professores, para me auxiliar a decifrar certas dificuldades do texto filosófico. Para a definição de “ética”, consultei o verbete de alguns dicionários especializados, como o *Dicionário do Pensamento Marxista* e o *Dicionário do Pensamento Social do século XX*, e não-especializados, como os já mencionados *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira* e o *Dicionário Caldas Aulete*.

Na segunda seção desse mesmo capítulo, procurei entender a tradução ética proposta por Berman e Venuti, e os principais livros nos quais me baseei foram *A prova do estrangeiro* (2002), de Berman, e *Escândalos da tradução* (2002), de Venuti. Os dois textos têm a mesma data de publicação em português, mas o primeiro foi publicado originalmente em francês, em 1984, e o segundo, em inglês, em 1998. Outra importante obra de Berman, *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995) não foi utilizada diretamente por mim neste trabalho devido à ausência de uma tradução em português, porém reflexões de Venuti (2002) e de Maria Clara Castellões de Oliveira (2005) permitiram-me captar a proposta que configura uma inovação na teoria que havia apresentado em seu primeiro livro.

O terceiro capítulo consiste em uma introdução aos capítulos quatro, cinco e seis, os quais propõem mostrar as principais estratégias de tradução subversiva que analiso nesta dissertação, como já referidas, as chamadas tradução feminista e a tradução pós-colonialista e a tradução minorizante de Lawrence Venuti.

Para a redação do capítulo que investiga a tradução feminista, recorri a textos teóricos de diferentes tradutoras e escritoras feministas, tais como Deborah Cameron (1985), Barbara Godard (1990), Susanne de Lotbinière-Harwood (1991) Luise Von Flotow (1991 e 1997), Suzanne Jill Levine (1992), Lori Chamberlain (1992), Sherry Simon (1996) e Marie-France Dépêche (2005), dentre outros. Nessa seção destaco as estratégias feministas que considero as mais emblemáticas de seu projeto de manipulação dos textos, sempre com base em textos das próprias feministas. Não chego a cotejar originais e suas traduções; baseio-me nas palavras dessas teóricas e tradutoras que, nos textos citados, explicam suas estratégias, motivações, questões políticas e teóricas, dentre outros aspectos.

No capítulo cinco, em que escrevi sobre a tradução pós-colonialista, minha análise se baseia em textos escritos por estudiosos da linguagem e da tradução que descrevem as estratégias tradutórias pós-coloniais e oferecem exemplos dessa prática. Minhas principais fontes para este capítulo foram Moradewun Adejunmobi (1998 – para os exemplos da prática tradutória africana), Rosemary Arrojo (1998), Gayatri Spivak (1998), Susan Bassnett e Harish Trivedi (1998 e 1999), Else Vieira (1999), Maria Tymoczco (1999), Jeremy Munday (2001), Edwin Gentzler (2002) e Edwin Gentzler e Maria Tymoczco (2002).

Nos dois capítulos que acabei de descrever, decidi não analisar as traduções diretamente, ou seja, cotejar originais com suas respectivas traduções, porque meu objetivo nesses capítulos é apenas descrever as estratégias principais dos dois grupos (feministas e pós-colonialistas). Devido à minha falta de conhecimento dos pares de línguas em questão, eu não teria condições de cotejar os textos, e mesmo se isso não fosse um impedimento, cotejá-los todos seria muito moroso, o que não me permitiria abordar tantos textos e obter uma visão mais ampla das estratégias desses tradutores.

No capítulo seis, em que trato do projeto de tradução minorizante de Venuti, utilizo-me também de exemplos e explicações oferecidas pelo próprio autor no livro já citado acima, em seu artigo *The translator's invisibility* ([1986] 1996) e em seu livro com o mesmo título (1995) sobre a tradução da obra de I.U. Tarchetti. Por não conhecer a língua italiana (língua do original), eu não teria condições de cotejar original e tradução.

Por fim, na conclusão desta dissertação, procurei identificar os principais determinantes dos exemplos de tradução subversiva apresentados, colocando também em discussão as premissas dos ideários pós-moderno e pós-estruturalista.